

008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 31MAI2012**(Texto com revisão final.)****O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Passamos à**TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje tratará de assunto relativo ao Dia do Combate ao Câncer de Boca. O Dr. Gilson Correia Beltrão, representante do Comitê das Entidades de Classe da Odontologia – CECO, está com a palavra, no tempo regimental de 10 minutos.

O SR. GILSON CORREIA BELTRÃO: Boa tarde a todos. É uma honra voltar a esta Casa. De imediato, eu cumprimento o Presidente da Mesa, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; meu grande amigo e colega Mario Manfro; senhoras e senhores. O CECO – como diz um grande humorista, “olha nós aqui outra vez” – volta a esta Casa com o intuito de tentar instigar os senhores Vereadores a se preocuparem um pouco mais com os problemas da nossa população. Nós, representando aqui todas as entidades de classe, estamos nos sentindo honrados de mais uma vez ocupar este espaço, infelizmente, no dia em que comemoramos o Dia Estadual do Câncer Bucal. Agradecemos mais uma vez a honra.

Não conseguimos enxergar, até o dia de hoje, grandes avanços nas questões resolutivas do câncer bucal; pelo contrário, nós temos muitos problemas nessa área e gostaríamos que o Poder Público se preocupasse um pouco mais com eles. Por quê? Porque os nossos pacientes caminham de postos em postos com seus problemas de origem bucal, principalmente do câncer bucal, e não encontram guarida. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre, tem um dos maiores centros de tratamento do câncer, seja ele bucal ou não, e, na verdade, a nossa resolução quanto ao câncer bucal é muito baixa, basicamente insignificante. E, quando falamos em resolução, não se trata só de diagnóstico e tratamento, mas, sim, principalmente das sequelas, que é aquilo que mais nos aflige.

Acrescente o fato de possuímos um alto índice de fatores de risco de pacientes portadores de câncer bucal, primeiro, pela raça do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, a raça branca, em que o câncer é muito mais insidioso; fumantes, Porto Alegre é uma das cidades onde o fumo tem o maior índice, assim como o alcoolismo. Todos esses fatores só vão aumentar a chance do câncer bucal. Estão previstos, para este ano, mais 15 mil novos casos de câncer bucal. Mesmo assim, com toda essa falta de resolutividade, a odontologia tenta minimizar o problema, e luta, com recursos que ela mesma possui, para diminuir o sofrimento dessas pessoas.

Neste sentido, cabe um parêntese: a odontologia e o CECO, através da Sobracid – Sociedade Brasileira de Cirurgiões Dentistas –, do Hospital Universitário da PUC e da Faculdade de Odontologia da UFRGS, mantém um atendimento às pessoas que necessitam de tratamento ou de diagnóstico. Essas pessoas não recebem nenhuma remuneração para esse serviço, não existem parcerias adequadas entre essas entidades e o próprio Poder Público. O Município de Porto Alegre, por exemplo, poderia associar-se em parceria com uma dessas entidades a fim de tentar melhorar a resolução desses pacientes de câncer bucal.

Gostaria também de informar que o encaminhamento é um dos graves problemas que nós, que lidamos com isso no dia a dia, temos com relação ao câncer bucal. Ou seja, não conseguimos ter uma linha de relacionamento com o Poder Público para minimizar os problemas desses pacientes.

Até aqui, tudo o que eu comentei nós já sabíamos, tudo isso é dito todos os dias na mídia, não só do câncer bucal, mas do problema da cardiologia, do problema da oftalmologia, e etc.

Agora, o mais difícil de tratar este assunto, ou essas pessoas, ou esses pacientes, é com relação às suas sequelas. Porque se você tem um câncer, por exemplo, de estômago, você coloca uma camiseta, uma camisa, uma gravatinha, e está resolvido o problema de aparência, o problema social. Agora, se eu tenho um câncer no lábio e eu tenho de tirar metade dele, ou se eu tenho um câncer na mandíbula ou na maxila e eu tenho de tirar a metade de um ou de outro, como eu vou me comunicar? Como eu vou comer? Como eu

vou me socializar? E Porto Alegre, embora seja um local onde nós temos os maiores avanços no tratamento de pessoas portadoras de deficiência ou de sequelas, o Poder Público não tem uma gestão nesse sentido; o Poder Público não apresenta condições para que nós consigamos tratar os nossos pacientes; pelo contrário. Conseqüentemente, nós temos um problema de ordem psíquica, porque a pessoa é portadora de uma doença e, ao mesmo tempo, um problema de ordem social, porque ela é removida do seu convívio. Ela já não tem mais vontade nem de conversar com seus pares, imaginem, conviver diariamente em outras áreas.

Portanto, Srs. Vereadores, estamos aqui com o intuito de tentar instigar os senhores a observarem a dificuldade que nós, da área odontológica, temos no tratamento dos pacientes portadores de câncer bucal. E estaremos aqui quantas vezes forem necessárias, para que nós possamos achar um caminho nesse sentido. Sabemos que a própria Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre tem muitos problemas, não só nessa área, mas em outras, mas bem que ela poderia, de certa forma, criar uma parceria com outras entidades, com os próprios hospitais universitários, ou terceirizar, para que nós possamos diminuir ou minimizar os problemas desses pacientes. Só quem tem câncer bucal sabe da dificuldade que é conviver com isso.

Era isso, senhoras e senhores, e estaremos nesta luta, representando as nossas entidades de classe. Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Convido o Dr. Gilson para compor a Mesa.

O Ver. Mario Manfro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, Ver. Airto Ferronato; caro amigo Gilson Beltrão, colega, a minha manifestação é no sentido de parabenizar o CECO; parabenizar a tua pessoa como Presidente do CECO, a Sobracid,

enfim, todas as entidades e as pessoas envolvidas nessa luta de divulgar a importância e a gravidade do câncer bucal. Nós, aqui na Câmara de Vereadores, tivemos a oportunidade de construir a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate ao Câncer de Boca com o auxílio de todas as entidades da classe odontológica, porque nós também julgamos muito importante que a comunidade, que a opinião pública caia em si no sentido da gravidade dessa questão. Eu tenho dito que o meu sonho é que o câncer de boca seja tão comentado e tão prevenido quanto o câncer de mama. Realmente, é um câncer extremamente agressivo, é um câncer que leva a sequelas sociais também muito graves. Enfim, queremos fazer com que o Poder Público, principalmente, nos auxilie, auxilie essas associações, essas entidades que promovem esse combate.

Estivemos hoje na Esquina Democrática fazendo exames de prevenção ao câncer de boca. Então, meus parabéns pela iniciativa! E faço um apelo aos gestores para que olhem para esse assunto com a gravidade e com o carinho que merece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Presidente, Ver. Airo Ferronato; Dr. Gilson, prazer em tê-lo aqui e ouvi-lo falar com tanta propriedade de um assunto tão importante, que o seu representante aqui, o Ver. Mario Manfro, sempre coloca, que é a questão do câncer de boca. Realmente, trabalhando na periferia da Cidade, nas Unidades Básicas e nos PSFs, a gente observa o quanto nos falta um norte, principalmente com relação ao tratamento secundário e terciário do câncer de boca. É importante dizer que há aumento de incidência do câncer de boca, que tem crescido, infelizmente, a olhos vistos, mesmo com a queda do tabagismo – uma coisa que, efetivamente, nos causa surpresa ao longo do tempo, trabalhando na área da Saúde. Mas é importante ressaltar que isso tem acontecido e que merece uma melhor atenção da nossa gestão.

Então, parabéns pela exposição; estamos à disposição, sempre muito bem orientados pelo Ver. Mario Manfro. Obrigado, Dr. Gilson.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, quero dar as boas-vindas ao Dr. Gilson Beltrão, que nos honra com a sua presença. Quero dizer que além da minha Bancada, do Partido Progressista – do nosso Líder Ver. João Antonio Dib, Ver. Beto Moesch, Ver. Kevin Krieger e deste Vereador –, falo também em nome das Bancadas do PMDB e do PRB, para agradecer a sua presença, e agradecer as informações que V. Exa. vem nos dar aqui, que são extremamente importantes. A Odontologia tem um grande representante nesta Casa, que é o Ver. Mario Manfro, e nós seguimos as suas orientações nessa área, porque ele é especialista nesse assunto. E eu senti, pelas suas palavras, que a Câmara, em todos os sentidos, pode ajudar muito. O senhor falou que há algumas dificuldades de encaminhamento dos assuntos. Realmente, toda a Saúde está com problemas de encaminhamento, pela falta de recursos financeiros. E, também, sempre faltarão recursos se as pessoas não cuidarem da sua saúde e da sua saúde bucal também, se continuarem fumando, bebendo, drogando-se e não tendo os cuidados essenciais com a sua saúde. Esse é um outro problema.

Mas, realmente, o encaminhamento para a solução desse problema está muito sério. As pessoas levam meses e meses para serem atendidas em um consulta mais especializada. O senhor falou também das sequelas. Realmente, é um problema sério, e também temos dificuldades para que o SUS diminua essas sequelas. Nós precisamos ter uma sintonia mais fina nesse setor.

O Ver. Mario Manfro é da Comissão de Saúde e também Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate ao Câncer de Boca. Então, sugiro que façamos uma outra reunião, junto ao Secretário da Saúde, para vermos os detalhes específicos, onde estão os gargalos. E isso nós precisamos enfrentar,

porque a sua missão é muito importante, e nós, em nome destes três Partidos – PMDB, PP e Ver. Paulinho Rubem Berta –, agradecemos muito a sua presença. Seja muito bem-vindo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Airto Ferronato; Dr. Gilson, em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos lhe trazer, antes de mais nada, muita força e muita energia para essa luta de todos os odontólogos e de todo o segmento da Saúde, de toda a sociedade, num tema tão importante que o senhor traz aqui para o debate, a questão das doenças bucais e do câncer bucal, que, é verdade, precisa muita persistência, principalmente quando a parte odontológica, dentro do campo da Saúde, ainda precisa ocupar um espaço de mais destaque, e, aqui nesta Casa, já tem um destaque e uma representação, que é o nosso colega Manfro. Portanto, conte conosco, conte com o nosso Partido para tudo que for necessário. E que esse dia, 31 de maio, não seja só um dia no calendário, mas seja um dia para que a sociedade possa receber as informações e possa se posicionar junto com a categoria dos odontólogos. Um grande abraço, e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Feitas as manifestações de todas as Bancadas presentes, nós queremos registrar e agradecer a presença do Dr. Gilson Correia Beltrão, representante do Comitê das Entidades de Classe da Odontologia – CECO, e também dizer, em nome da Presidência, da Mesa e do meu Partido, da importância do tema que se tratou aqui na tarde de hoje. Aconteceram encaminhamentos, dentre eles, o encaminhamento do Ver. João Carlos Nedel; vamos encaminhá-los à Presidência dando continuidade ao

tema, para que haja esse encontro lá na nossa Comissão. Queremos registrar, em nome dos Vereadores, a nossa satisfação de tê-lo conosco nesta tarde. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): (14h47min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Presidente, Ver. Airo Ferronato; colegas Vereadores, venho hoje, aqui, falar sobre um tema que já havia abordado em outra oportunidade nesta tribuna, que se refere especificamente à questão do Hospital Presidente Vargas. Temos recebido diversos *e-mails* e interpelações de colegas, no Hospital, face à flagrante carência e falta de recursos humanos naquele Hospital, principalmente de médicos.

Na emergência pediátrica, temos uma falta muito importante de pediatras. Para fechar a escala, são necessários em torno de 18 colegas; não chegamos a isso, temos 9 colegas lotados.

Temos uma dificuldade muito grande no centro obstétrico, onde – inclusive já coloquei aqui – teremos, no próximo mês, dias de plantão em que há um colega só de plantão, o que causa realmente uma grande dificuldade no serviço, uma vez que temos lá gestação de alto risco e inclusive podemos ter a possibilidade de cesarianas ao mesmo tempo, o que se torna infactível, face à existência de apenas um obstetra. Historicamente, tínhamos de dois a três obstetras, sempre lotados no centro obstétrico.

Temos uma dificuldade muito grande que vem da questão da carência de anestesistas – o que não acontece só no hospital, mas que lá no hospital tem se agudizado –, o que, sem dúvida nenhuma, acaba prejudicando a residência médica. E, após o encerramento das atividades da Fugast – infelizmente, não tiveram a ver diretamente com a ação do Município –, tivemos um grande número de profissionais médicos que acabaram não sendo repostos. Só para

lembrar, o Hospital Presidente Vargas tinha em torno de 400 profissionais, quase a metade dos profissionais da Fundação Estadual de Gastroenterologia. Isso poderia ter sido remediado se tivéssemos, naquele momento, excepcionalizado as atividades da Saúde. Como foi feito no Instituto do Arroz, como já temos outros exemplos que foram feitos, esses profissionais poderiam ainda estar labutando lá.

Foi proposta uma PEC, pela Bancada do PDT, na Assembleia Legislativa, que acabou não prosperando, ou seja, só não foi à votação, e, enfim, os contratos desses profissionais acabaram caducando. Então, criou-se um grande problema para o Hospital Presidente Vargas, parcialmente remediado por algumas cartas-contratos, que foram aprovadas por esta Casa, e que agora chegaram ao fim.

Assim, é fundamental que tenhamos um olhar diferenciado para o Hospital Presidente Vargas, no intuito de, efetivamente, poder salvaguardar as atividades desse hospital fundamental para a Cidade e que possibilita que a Cidade tenha um atendimento de excelência em gravidez de alto risco, que possibilita que a Cidade tenha um atendimento de excelência em videolaparoscopia. Então, por tudo isso, essa atenção especial. Os profissionais têm passado por grande angústia nesse hospital, por grande dificuldade no atendimento, e é importante que sejamos sensíveis a isso.

Por isso, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente marcou para quarta-feira que vem, a partir da 10h, lá no hospital, uma visita ampla ao hospital. E já convidamos aqui todos os trabalhadores, todos os Técnicos em Enfermagem, Enfermeiras e Médicos, a efetivamente acompanhar essa visita para podermos construir, junto com a Secretaria da Saúde, um caminho que seja de qualificação e de melhoria no atendimento do Hospital Presidente Vargas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Ver. Airto Ferronato, orgulha-nos tê-lo, neste momento, na presidência da Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho à tribuna hoje para dar continuidade a colocações feitas pelo Ver. Bernardino Vendruscolo sobre construções em algumas partes da Cidade. Ele citou, aqui no Centro, na Praça XV, aquela construção, aquela carcaça que está ali, onde pessoas se amontoam, onde pessoas não sobrevivem – praticamente estão ali, não vivem, estão sobrevivendo ali, nesse caso. Então, isso é muito complicado para a Cidade de Porto Alegre, e, realmente, ele tem razão, é um cartão postal que enfeia, que desvaloriza o Centro da Cidade, quando existe uma luta muito grande, no Centro Histórico, para a recuperação da Cidade.

Mas não é a esse ponto da Cidade que eu quero me referir, só fiz esse *link* para vocês poderem entender sobre aquelas construções de empresas que faliram, empresas que não estão mais no mercado, que ficaram com um patrimônio como aquele ali, como este aqui, que é no Jardim Leopoldina. (Mostra fotografia.) Lá tem mais de 400 apartamentos de um, dois, três quartos nessa situação aqui, de um esqueleto que não serve a ninguém, a não ser só a marginais. Aquele povo que mora ali, aquela comunidade do Jardim Leopoldina que mora em frente – e são mais de dois mil apartamentos ali, mais de duas mil famílias – tem que entrar antes de anoitecer e só sair depois de amanhecer, porque ali há marginais que estão habitando esses prédios, cercados, eles com garantia, e os moradores sem.

Por que venho a esta tribuna? Venho fazer um apelo ao nosso Prefeito, à nossa Administração, ao Executivo, para que comece a trabalhar esta questão da desapropriação desse terreno que está pronto lá, Ver. Pedro Ruas, para construção de 1.200 moradias. O alicerce está todo pronto. Alguns julgam que concreto e ferro não apodrecem, mas, na minha visão, apodrecem, perdem-se. E está lá, jogado, que é da antiga Ediba, que agora é de propriedade da Habitasul. Só que existe um imbróglio na Justiça, que precisa ser desvendado. E ali podem ser construídas – e o Ver. Nelcir Tessaro, Vereador, tem toda a razão – mais de 1.200 moradias para o Minha Casa, Minha Vida, com alicerce pronto, terreno preparado. Não sei se essa carcaça ainda é aproveitável, pela

questão da corrosão do tempo, mas só quem vai apontar é o estudo técnico, mas seriam para 1.200 famílias.

Outra coisa que gostaríamos de ver ali: juntos, o Governo do Estado e o Governo do Município poderiam trabalhar para que essa localização, para que esse terreno, para que esses apartamentos fossem construídos, uma coisa que é, há muito tempo, reivindicada na cidade de Porto Alegre: moradias para a PM. Muitas vezes, a Brigada Militar não tem onde colocar seus homens, porque não há uma política totalmente voltada para isso, mas nós precisamos trabalhar essa questão, Ver. Nelcir Tessaro, de que isso seja desapropriado e seja entregue à população, construído, tanto para o Minha Casa, Minha, seja para a Brigada, seja para quem for, mas que seja aproveitado; hoje ele está inutilizado lá. E o que há lá dentro? Muita marginalidade. É um entra e sai louco; a Brigada Militar vai lá, e some tudo. A Brigada Militar tem feito batidas lá, às vezes consegue pegar uma meia dúzia, às vezes não consegue, mas olhem bem, olhem estas carcaças, isso é coisa que possa haver em nossa Cidade? Não Pode! (Mostra fotografia.) Como Presidente da CUTHAB, eu tenho acompanhado esse assunto, ontem eu estive com os moradores da Vila Dique aqui, em uma reunião extraordinária da CUTHAB, em que famílias inteiras precisam de moradia, e está aqui uma empresa... No mínimo, está sendo valorizado esse terreno. No mínimo, daqui a pouco, uma moradia que sairia 30 vai sair 60, enquanto se desenrola isso.

É um apelo que faço, desta tribuna, para que nós tomemos conhecimento; vamos para uma desapropriação aqui e entregar, construído, para a população que tem necessidade de moradia. É dessa forma que nós enxergamos isso, e o Ver. Bernardino Vendruscolo tem toda a razão: mas nós não podemos manter! Tem que corrigir, sim, no Centro da Cidade, mas nós temos que corrigir em toda a Cidade. A periferia também é Cidade, e a periferia merece isso. Pessoas de poder aquisitivo têm o seu direito e têm que ser respeitadas como todos, embora a cultura empregada em nossa Cidade diga o contrário... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Airo Ferronato, que preside esta Sessão, primeiro, eu gostaria de agradecer ao nosso Líder, o Ver. Pedro Ruas, pela cedência do tempo, e gostaria de falar sobre um assunto que muito nos preocupa. Neste ano, 2012, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Rio Grande do Sul, o SATED, completa 25 anos de muita luta e mobilização pela categoria dos artistas, pela Cultura na cidade de Porto Alegre. Entretanto, no ano de comemoração de 25 anos do SATED, nós vemos as verbas da cultura minguarem no Município de Porto Alegre. Infelizmente, é menos de 1%; é 0,92% do Orçamento de 2012 o que está sendo reservado para a cultura municipal; nós vemos que o Governo não executa o percentual igual ao Fumproarte, que deveria ser igual ao Funcultura. Para vocês terem uma ideia, deveriam ser R\$ 6 milhões gastos com o Fumproarte para financiar os projetos culturais, a descentralização da cultura e novos artistas da nossa cidade. Infelizmente, o Governo Municipal investe quase a metade desse valor, prejudicando a cena artística e a cena cultural da cidade de Porto Alegre. Somados a isso, ataques sistemáticos aos artistas de rua. A lei ditatorial de restrição ao uso dos espaços públicos, como o espaço Glênio Peres; a privatização do auditório Araújo Vianna, que, mesmo depois de privatizado, diminuindo os espaços públicos culturais, segue fechado; os poucos teatros municipais... Eu vi um vídeo dos artistas e dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul diante da grave situação que passam nessa universidade, em que a Sofia Salvatori, atriz conhecida, falava da cena cultural da nossa cidade, na qual nós temos apenas três teatros municipais – o Renascença, o Túlio Piva e o Álvaro Moreyra –, sendo que, desses, apenas um é um teatro de grande porte. Sem contar que os editais restringem a dois ou três finais de semana para a apresentação de espetáculos que demoram de quatro a seis meses para serem montados. Portanto, um ataque aos artistas, que produzem, e produzem muito, para fazer um bom espetáculo ao público, bem como a todos os amantes das artes e do teatro,

como no caso, do ataque à arte de rua, aos passantes, que muitas vezes estão indo trabalhar, voltando do trabalho ou da escola no Centro, e são surpreendidos, felizmente, pelas peças dos grupos de teatro de rua. Até isso, lamentavelmente, a Prefeitura vem atacando.

Para concluir, eu gostaria de dizer que eu e o Ver. Pedro Ruas apresentamos uma Emenda com relação à Sala Alzira Azevedo, que é um teatro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como a Sala Qorpo Santo, que são salas vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, ao longo dos anos e das décadas, serviram para as apresentações de final de curso, ou para as mostras como teatro, pesquisa e extensão da Universidade, e que diante do desmonte da Universidade pública, da falta de recursos para os cursos das áreas humanas, as reformas necessárias, como a reforma do prédio do Instituto de Artes ou a transferência para o prédio novo, uma promessa da Reitoria que já completa cinco anos, desde o tempo em que eu era do movimento estudantil da Universidade. Essas salas: uma está fechada para reforma, há muito tempo, e a outra, Ver. Toni Proença, teve duas ameaças de curto circuito, tendo que ser interditada pelos estudantes do curso de teatro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – curso reconhecido nacionalmente e internacionalmente pela excelente formação, mas que, lamentavelmente, vem sendo desmontado pela Universidade Federal e pelas poucas verbas para garantir com que os estudantes tenham espaço adequado para formação, tenham espaço para apresentação de peças para a comunidade e final de curso, que garantam, também o novo prédio.

Eu me pergunto: como pode ter um curso de teatro que não tem teatro!? Todos os teatros estão fechados por conta do desmonte da Universidade Federal, com o curso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público presente; mais uma vez, vejo aqui as nossas servidoras da Casa aguardando a GIT. (Palmas.) Está na hora: tantas e tantas vezes, quem sabe, a nossa Mesa Diretora recebe e faz essa avaliação, porque é justo o pedido. Então, nós temos que ver se isso acontece o mais rápido possível.

Eu venho a esta tribuna, Ver. Paulinho, que falou muito bem a respeito desses “esqueletos” da Cidade, que fazem com que proliferem as ocupações, a marginalidade, enfim, tudo o que acontece como lá no Jardim Leopoldina. Também quero lembrar que todos conhecem aquelas obras, aquelas construções inacabadas da Encol, próximas ao Shopping Iguatemi, que estão, cada vez mais, crescendo, colocando em risco as pessoas que estão habitando ali dentro. Não sei como conseguiram energia elétrica naqueles “esqueletos”, mas, enfim, estão naquele local. O Executivo Municipal poderia, sim... Eu entendo que, quando é do interesse público, o Município tem que intervir, verificar parcerias com a Caixa Federal e não deixar que aquilo se deteriore por tanto tempo e não seja aproveitado no futuro. Tem que se proceder ao instrumento da desapropriação para esses fins, como era para ter sido feito, desde 2006, no “esqueletão” da Praça XV, cujo assunto o Ver. Bernardino trouxe à baila aqui na segunda-feira. Eu quero dizer que aquilo já está na hora de um Governo chegar e decretar a desapropriação e fazer aquela parceria com a Caixa Econômica Federal, visando à segurança pública, para construir habitações naquele local.

Ontem me surpreendi, em uma reunião da CEDECONDH que nós tivemos – o Ver. Toni Proença estava lá presente –, quando recebemos as famílias da Vila Santo André.

Hoje eu recebi em meu Gabinete, pessoas que vieram da Vila Dique – “os excluídos”, como eu chamo –, os que ficam. Naquela caminhada que fizemos na Vila Dique, vimos que há famílias que estão sendo deixadas para trás, e o Executivo está dizendo: “você não vão, porque não estão naquele primeiro cadastro de 1.200 famílias”. Ver. Kevin, são 1.476 unidades. Eu lembro, porque, quando esse Projeto foi para Caixa Econômica Federal – fui eu que encaminhei, Ver. Paulinho –, e eram 1.476, pois havia a Morada do Sol, que

está ao lado, que iria. Por que não colocar o adensamento, que é em torno de 100 famílias? Quer dizer que aquelas famílias ganharão – vejam a proposta: seis meses de aluguel social e depois vão para o Guaíba.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer a V. Exa., mas ontem, quando vinha do trabalho para a Câmara de Vereadores, pela Av. Sertório, eu escutei pelo rádio a questão do fechamento da Av. Dique pela população de lá. Dirigindo-me à Vila Dique, trouxe todas as famílias de lá para cá, os convidei, na parte da tarde, para que eles viessem até à CUTHAB. Fizemos uma Reunião Extraordinária, da qual estamos fazendo um Relatório e exigindo algumas informações. Qual será o encaminhamento dos excluídos da Av. Dique? Ontem, em razão da CUTHAB, fizemos essa reunião extraordinária, com 18 famílias de lá. Está tudo gravado. Estamos encaminhando ao DEMHAB, Vereador. Fico agradecendo por sua preocupação com os excluídos.

O SR. NELCIR TESSARO: Mas é muito importante levar essas famílias para junto das demais, onde já tem um núcleo de amizade, familiares, escola. Há espaço, sim, lá na Av. Bernardino Silveira Amorim, no Porto Novo, existem condições de abrigar todos os excluídos que estão deixando de fora. Mas o mais surpreendente da Vila Santo André é quando a representante do DEMHAB disse: “Não, essas famílias têm que ir para a Restinga; nós estamos vendo, mas elas não querem ir porque é para a Restinga!” Vamos começar a excluir e levar para fora da Cidade a população? E quando eu falei que tinham terrenos no entorno do Humaitá para desapropriar, disseram: “Não, mas ali tem a curva de ruído, justamente embaixo de onde os aviões passam e não podem ser construídas habitações ali!” Eu fico surpreso, porque a Arena do Grêmio – são prédios de até 14 andares; o empreendimento Rossi Fiateci são de oito andares; o Rossi Parque Humaitá são seis andares, assim como tantos outros que estão sendo construídos. Para eles, pode! Para o coitado do trabalhador que vive do salário mínimo, não; esse, não tem lugar! Vai para a Restinga, que lá é o teu lugar!

Vamos começar a tratar melhor a população de Porto Alegre. E tem terrenos para fazer desapropriação! Vamos fazer a desapropriação. Tendo projeto, a Caixa Econômica Federal está pronta para fazer que aconteçam essas habitações sociais.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Ver. Nelcir Tessaro. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue sua manifestação em Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Sra. Presidente, cumprimento os Vereadores e Vereadoras, meu colega de Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Ver. Tessaro, ontem estivemos juntos na Comissão, recebendo a Vila Santo André com diversas demandas, demandas sérias e importantes. Quero também trazer, Ver. Tessaro, que o Governo esteve mobilizado na reunião, veio em peso na reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, que tratava de um assunto tão sério – que é o próximo assunto que eu vou tratar. Dentro das solicitações teve a questão da iluminação pública. Ontem, nós conseguimos encaminhar, junto ao Secretário da Governança Cezar Busatto, a anuência daquele espaço junto à CEEE para que ela coloque a rede elétrica. Foi um grande avanço de toda a comunidade que esteve aqui, entre outras também que o Bichinho – do DMAE – foi lá visitar no outro dia de manhã; a própria representante do DEMHAB também fez algumas colocações importantes. Ou seja, o Governo realmente está dedicado a intervir naquela área, junto com o DEMHAB, DMAE. A própria Fundação de Assistência Social, junto com o DEMHAB, também vai fazer, provavelmente, o cadastramento único das famílias que estão naquele espaço. Então, eu fiz

questão de fazer essas colocações porque eu acho que são importantes, por ter participado da reunião da Comissão de Direitos Humanos.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer o aparte a V. Exa. Vereador, eu queria até colocar para todos os nossos colegas Vereadores que está acontecendo alguma coisa meio estanha, meio gozada, meio fora de foco. Não estou dizendo que tenha maldade, não estou dizendo nada. Esta Casa tem uma Comissão que é a CUTHAB; há outras comissões, outros Vereadores que têm todo o direito de intervir. Eu acho que está faltando uma sintonia. Veja bem: ontem, pela manhã, eu estava lá na Av. Dique, tentando, de duas maneiras, resolver duas situações da Cidade. A primeira delas: que não fosse concretizado o fechamento da avenida; por outro lado, encaminhando essas pessoas que estão sendo excluídas do processo, ou não, que é uma questão que nós devemos ver. E o Governo preocupado com isso. Só que nós estamos começando a apontar soluções diferentes, ou as mesmas, por diversos mecanismos. Está dando um entreveiro muito grande aí. Precisamos esclarecer isso para podermos encaminhar de maneira a que essas pessoas não sejam prejudicadas. Obrigado.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sem dúvida nenhuma, Ver. Paulinho. Acho que é importante podermos estar, cada vez mais, as duas Comissões, trabalhando em conjunto, afinal, o objetivo é o mesmo: melhorar a vida dos nossos cidadãos da cidade de Porto Alegre.

Eu também queria aproveitar a oportunidade e ressaltar que as fotos que estavam no painel há pouco tempo são de um trabalho integrado de prevenção da Fundação, através dos Centros de Referência de Assistência Social na cidade de Porto Alegre, Ver. Toni Proença, um dos Vereadores que sempre está conosco junto à comunidade; enquanto fomos colegas de Governo, estivemos sempre preocupados com as comunidades, e eu queria fazer essa comunicação que é importantíssima. O CRAS da Bom Jesus, que é o CRAS Leste 1, e o CRAS do Morro Santana, que não existia até pouco tempo atrás,

que é o CRAS Leste 2, fizeram uma parceria com a rede Zaffari (Mostra fotografia.), com a sua Coordenação de RH, para um trabalho de seleção e encaminhamento para empregos na rede Zaffari. (Mostra fotografia.) Aqui é no CRAS Leste 1, na Bom Jesus, em 15 dias de trabalho entre o CRAS e o Zaffari, já foram selecionadas e empregadas mais de cem pessoas da comunidade da Bom Jesus, do Morro Santana e do Residencial Chocolate; estão empregadas na rede Zaffari.

Hoje, ao meio dia, a Direção da Fundação teve uma reunião com a rede Zaffari e estão ampliando esse trabalho para toda a cidade de Porto Alegre, todos os 22 Centros de Referência da Assistência Social que temos na cidade de Porto Alegre começarão a trabalhar e a desenvolver esse projeto com a rede Zaffari, podendo, cada vez mais, oportunizar mercado de trabalho.

Ver. José Freitas, o mais importante disso é que a rede Zaffari não está escolhendo idade, não está vendo se tem escolaridade, mas está fazendo o trabalho com todas as pessoas que têm deficiência, com jovens acima de 16 anos e com pessoas acima de 40 e de 50 anos. Ou seja, é um trabalho, Ver.^a Fernanda, que realmente vai dar cidadania para todas essas pessoas. Não existe preconceito se a pessoa tem 40 ou 50 anos, dependendo da capacidade, dependendo do espaço onde está sendo ofertado o mercado de trabalho, porque são várias áreas que o Zaffari oferece.

Então, ali até tem um cartaz, que é simples, mas é algo de extraordinário o que os CRAS, a Assistência Social está fazendo. Em vez, Ver. Toni, de ficar atendendo e acompanhando aquele beneficiário do Bolsa Família, nós estamos dando a oportunidade para essas pessoas poderem sair do benefício com dignidade.

Uma das coisas mais importantes que a Assistência Social pode fazer na cidade de Porto Alegre é não só “dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Claro que nós temos pessoas que precisam, sim, do benefício do Bolsa Família, e vão precisar por muito tempo, mas os adolescentes, os jovens que são filhos desses beneficiários podem cada vez ter essas oportunidades de trabalho, e não só na construção civil, que é um mercado que está aquecido, mas também nessas outras redes que são importantíssimas.

Nós já tínhamos feito na Fundação outras parcerias com a iniciativa privada. A empresa de construção civil MRV fez o mesmo trabalho no Timbaúva, empregando mais de 30 pessoas no ramo da construção civil. Agora fizemos com a Rede Zaffari, que já empregou mais de cem pessoas. E esperamos que cada vez mais tenhamos empresas que venham junto com o sistema público fazer esse tipo de trabalho que gera cada vez mais oportunidade.

Isso sim, Ver. Tessaro e Ver. Paulinho Rubem Berta – que colocaram há pouco tempo sobre a questão dos espaços que estão se deteriorando e em que há uma marginalidade dentro desses espaços –, quanto mais nós trabalharmos na prevenção, dando oportunidade para crianças, adolescentes e jovens, com certeza teremos uma Cidade muito melhor, como nós já estamos observando nas ruas de Porto Alegre, onde não vemos mais crianças e adolescentes nas sinaleiras, na saída dos supermercados, pedindo esmola, pedindo dinheiro, ou vendendo pano de prato, vendendo bergamota... Acho que é um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos anos. Meu colega, conselheiro tutelar José Freitas, quantas crianças tivemos que abordar enquanto fomos conselheiros tutelares da cidade de Porto Alegre, porque na nossa época não existia esse projeto tão importante que é o Ação Rua, implantado na Cidade em 2007? São cento e poucos técnicos e educadores sociais fazendo a abordagem sistemática nas ruas de Porto Alegre.

Então, eu quero parabenizar a Fundação e parabenizar a Rede Zaffari. E que venham, cada vez mais, empresas para serem as nossas parceiras nesses projetos que dão um futuro melhor para a nossa Cidade, para os nossos cidadãos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Kevin Krieger, quero pedir desculpas por não ter segurado o tempo; é muito tecnológica esta Mesa que opera os tempos e a marcação de quem está falando, então, peço-lhe desculpas.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, hoje é o Dia Mundial Sem Tabaco. Hoje nós estamos na quinta-feira, dia 31 de maio de 2012, e é uma data muito importante. Eu gostaria de fazer uma apresentação, Ver.^a Fernanda, para todas as pessoas, para os Vereadores, para quem está aqui conosco, no Plenário, para as pessoas que nos acompanham.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: O tabaco, como se pode ver na apresentação, pode produzir quatro mil espécies de substâncias nocivas que provocam câncer, tuberculose, arritmia cardíaca, doenças vasculares, osteoporose. Anualmente, 5 milhões de pessoas morrem vítimas dessas doenças. O mundo possui 1,1 bilhão de fumantes e 50% deles manifestam que desejam deixar de fumar, mas não conseguem, porque, de fato, é um vício que apreende a pessoa.

As pesquisas realizadas, em 27 cidades brasileiras, constataram que, em média, 5,5% da população são fumantes, a participação do sexo masculino é de 19%, é maior que do sexo feminino, que é 12,5%. Porto Alegre tem a maior prevalência, vejam bem, de tabagismo entre adultos maiores de 18 anos; 22,5% entre as mulheres – uma realidade que nós constatamos, infelizmente, as mulheres, aqui, fumam mais do que os homens – e 22% dos homens fumantes em Porto Alegre. Talvez isso explique, entre outras coisas, porque a nossa Capital, a nossa Cidade ponteia no nosso País, também, alguns indicadores muito ruins, muito nocivos no que diz respeito a câncer; vários tipos de câncer.

O fumo passivo ocorre em vários lugares, ocorre aqui, na Câmara, ocorre na rua, no ambiente de trabalho, ocorre nas casas. Aqui, estamos falando do fumo passivo nos domicílios: 13,3% da população se declara fumante passivo em

sua própria residência, não havendo diferença entre homens e mulheres. Em Porto Alegre, 11% dos homens e 11% das mulheres se declaram fumantes passivos.

Fumo passivo no trabalho: 12,8% das pessoas, sendo mais do que o dobro entre homens, 18,3%, e entre as mulheres, 8,2% se declaram fumantes passivos.

Nós temos um marco legal desde que se constatou no nosso País esse problema, que todos nós buscamos debelar, combater, respeitando o livre-arbítrio, a liberdade de cada um de ter a opção de querer fumar, mas a sociedade brasileira, o consenso que se formou na sociedade brasileira resolveu estabelecer marcos legais que permitissem àquelas pessoas que não querem fumar, em ambientes coletivos fechados, este sagrado direito de poder respirar um ar sem fumaça, sem os resíduos do cigarro.

Então, temos um marco federal, que é a Lei Federal 9.294, de 1996, que estabelece claramente quais são os locais e como se dá essa possibilidade de não querer fumar. Nós temos duas correntes principais. A primeira delas é a mais importante, e é a preocupação com a saúde das pessoas, principalmente com a dos não fumantes.

Nós tivemos aqui um marco legal estabelecido, uma conquista de Porto Alegre neste nosso Legislativo Municipal, porque é a legislação municipal que define o combate ao fumo no Município de Porto Alegre e estabelece, em consonância com a legislação federal, permitindo e respeitando o direito dos fumantes. Isso é importante que se diga. A pessoa que quer fumar... Nós não temos uma lei que é fundamentalista, que resolva simplesmente fazer *tabula rasa* e acabar com o fumo em todo e qualquer lugar. Nós prevemos aqui na nossa legislação a possibilidade dos fumódromos, e, nesses fumódromos, a pessoa que quer fumar tem esse direito individual. Estamos falando em direito individual, não no coletivo. O coletivo está assegurado nos ambientes coletivos. O direito individual, portanto, também está respeitado onde tem fumódromos, em áreas externas, em Porto Alegre, segundo a legislação municipal, aí se pode fumar.

Instituímos aqui esta campanha que eu quero compartilhar com vocês, que é a campanha do Aqui Fumo Zero. Desde o advento da nossa lei, nós tínhamos

obviamente o marco legal estabelecido, mas faltava ainda a vontade política do agente público, especialmente do Poder Executivo, a quem incumbe essa responsabilidade de fazer a devida fiscalização. Então, o jovem que vai a um bar da Cidade Baixa, do Moinhos de Vento, ou de qualquer outro bairro, e quem não queria fumar infelizmente entrava num barzinho e tinha que respirar o mesmo ar daqueles outros todos que estavam fumando. Num restaurante, a mesma coisa, numa danceteria, a mesma coisa, numa casa de *shows*, a mesma coisa; quer dizer, a pessoa que não fumava não tinha o seu direito respeitado. Nós, então, decidimos, a partir do ano de 2010, na Secretaria Municipal da Indústria e Comércio – perdoem-me a falta de modéstia, mas foi uma decisão política do Secretário –, não instituir nem incentivar, mas implementar, Vereadora-Presidenta, uma campanha mais efetiva de combate à questão do fumo em recintos coletivos fechados, aplicando, pela primeira vez, o que não havia sido aplicado na nossa Cidade que são as multas. Nós fizemos muitas autuações, no ano de 2010, pela primeira vez; em 2008 e 2009, foram 425 vistorias, 135 notificações, mas não havia sido feita nenhuma autuação em Porto Alegre, Ver. Kevin Krieger. Multa não havia sido aplicada. Infelizmente, é forçoso que se reconheça o caráter didático da multa. E nós endurecemos muito nessa campanha, nós dissemos o seguinte: “Olha, a lei existe e não é de brincadeira, ela está aí para valer, nós precisamos respeitar o direito de quem não quer fumar”. Por seis meses nós fizemos uma campanha educativa, que foram aquelas notificações, e, a partir de 2010, começamos a aplicar multas. Para nossa alegria – e nós constatamos que talvez já tivesse um ambiente próprio para isso –, sentimos, de parte dos empresários, dos empreendedores da noite, dos frequentadores da noite muita receptividade. Hoje eu posso dizer que, se amanhã, Ver.^a Fernanda, terminar o meu mandato, e eu não retornar mais a esta Câmara, entre as conquistas que eu tenho nesta minha trajetória de quatro anos, talvez eu destaque esta como uma das mais importantes. E eu já me dou por satisfeito porque nós fizemos um marco em Porto Alegre, fizemos fazer valer algo que antes não existia, não se respeitava em qualquer lugar que se fosse. Hoje, se o fumante quer fumar, fuma; fuma no espaço reservado ao fumante, fuma na rua, sem intolerância, mas, naqueles

lugares que são coletivos, onde estão as famílias, onde estão as crianças, enfim, onde está cada um de nós, quem não é fumante tem o direito de estar ali sem ter a obrigação de respirar um ar poluído, um ar contaminado. Então, eu volto a dizer: nós respeitamos quem quer fumar, mas a prevalência, o direito que vem primeiro, por saúde, pela lei, principalmente, é o direito de quem não fuma. Eu acredito que isso é uma conquista da nossa Cidade, conquista para a qual eu quero, desde já, convidar aqueles que estão nas casas, Ver. Toni Proença, Ver. Tessaro, Ver. Bernardino e Ver. Tarciso, aqueles, meu querido Vereador, que estão nos assistindo de casa – aqui nós estamos mostrando os nossos cartazes – a se somarem a essa campanha para que nos ajudem a fazer com que essa realidade permaneça na nossa Cidade. (Mostra cartaz.) Acho que é uma conquista de Porto Alegre, e nós todos temos que lutar para preservá-la, inclusive aqui dentro do Legislativo Municipal. Eu volto a dizer, não sou fundamentalista, não sou talibã, sempre busco pautar a minha atuação por um meio-termo entre versões ou entre posições que, às vezes, são extremadas, mas, neste caso, nós temos uma legislação que é boa, portanto, nós temos que lutar para que ela aconteça.

Hoje, coincidentemente, aqui na Câmara, inauguramos a Semana do Meio Ambiente, Ver. Toni Proença. Pela manhã, quando cheguei ao Plenarinho, colegas servidores, no corredor, estavam fumando. Eu não sou censor da vida de ninguém e não ia chegar ali dizendo para apagar o cigarro. Mas quero fazer, desde esta tribuna, um chamamento porque, se o nosso Legislativo aprovou essa legislação, ela precisa ser, em primeiro lugar, cumprida aqui na nossa Casa. Nós temos áreas para fumantes ali fora. Então, eu deixo este apelo para que cumpramos, a partir daqui, esse desafio para todos nós e, ao mesmo tempo, deixo com cada um dos Srs. Vereadores, Ver. José Freitas, um cartaz para que possamos afixar nos painéis de nossos gabinetes, para que reforçemos essa luta do Dia Mundial Antitabagismo e essa conquista da sociedade brasileira.

Volto a dizer que respeitamos o livre-arbítrio daqueles que querem fumar, mas nós estamos advertindo, alertando sobre os malefícios do cigarro e, mais do que isso, dizendo que, em ambientes públicos, coletivos, que todas as pessoas

frequentam, é proibido fumar em Porto Alegre. Essa é uma conquista da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, após, prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; prezados colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores; ontem, aqui nesta Casa, tivemos a aprovação de dois Projetos: o Projeto do Ver. Beto Moesch, com a contribuição de muitos outros colegas que apresentaram Emendas, que trata de um tema propositivo à cidade de Porto Alegre, instituindo os Túneis Verdes; logo após, tivemos a aprovação de Projeto de nossa autoria, com a contribuição também de grande número de Vereadores. Eu quero destacar aqui o Ver. Toni Proença, o Ver. Kevin Krieger e o Ver. Tarciso Flecha Negra, que contribuíram para que construíssemos uma Emenda e um diálogo junto com os demais Vereadores; e vejo aqui o Ver. Paulinho Rubem Berta, o Ver. José Freitas, o Ver. Tarciso, que já citei, o Ver. Bernardino, o Ver. Tessaro, que assinaram, em conjunto com outros Vereadores, uma Emenda que orientou o Projeto que apresentamos, fazendo um ajuste sob o ponto de vista da legalidade e da sua afirmação. O Projeto estende a isenção da Taxa de Lixo àquelas entidades, associações, clubes de mães, creches comunitárias que estejam conveniadas com Prefeitura Municipal e que realizem trabalho socioeducativo, principalmente com crianças. Esse é um Projeto, Ver. Toni, que construímos no ano de 2005 e que nasceu lá na Zona Sul de Porto Alegre, ou Centro-Sul, lá na Tristeza, na Aldeia da Fraternidade – o Ver. Valter também contribuiu ontem com esse debate –, porque a Taxa de Lixo que essa entidade assistencial paga por ano é em torno de R\$ 15 mil, é superelevada para uma entidade que recebe benefício do Município através de convênios – eu não diria benefício, é uma parceria com o Município, é um repasse de recursos –, portanto, recurso público, subsidiado, e

esses recursos têm que ser devolvidos, muitas vezes, em pagamento de tributos ou taxas municipais. Nós construímos ontem a possibilidade da isenção da Taxa de Lixo, o que vem a favorecer, a auxiliar, e é uma política pública afirmativa que este Legislativo construiu.

Então, quero aqui dizer que este Legislativo, quando consegue dialogar, olhar os temas da Cidade, constrói soluções para os problemas, como já foi referido pelo Ver. Paulinho Rubem Berta. A CEDECONDH recebeu a comunidade Santo André, que está sem energia elétrica, e fez um grande diálogo. A CEEE, uma autarquia estadual, assumiu o compromisso de fazer o projeto e colocar uma rede de energia elétrica provisória, desde que a Prefeitura repassasse a anuência. Com o acordo firmado na nossa Comissão de Direitos Humanos, inclusive com um telefonema do Ver. Kevin Krieger ao Secretário Busatto, hoje a CEEE está recebendo a anuência do Município de Porto Alegre. Então, vejam só, é um tema que diz respeito ao Governo Municipal, ao Governo Estadual e à pluralidade política aqui desta Casa numa ação afirmativa.

Agora, nós temos todo um acordo com o Ver. Tessaro. Ali na entrada da Cidade, onde estão sendo feitos grandes investimentos com recursos públicos e privados – nós aprovamos aqui a construção da Arena do Grêmio com todas as edificações ali colocadas, mudamos o regime urbanístico, portanto, as empresas que ali estão se desenvolvendo vão ganhar muitos recursos, vão ter muitos ganhos econômicos com a Arena do Grêmio –, tem que haver contrapartidas sociais. Essas contrapartidas sociais devem ser para que resolvamos os problemas sociais da entrada da Cidade, entre eles, a moradia. Para isso tem o programa Minha Casa, Minha Vida, que ali existe, ali está instalado. Portanto, eu quero dizer a toda a comunidade de Porto Alegre que, quando vem um projeto como este, como é o da Arena do Grêmio, nós precisamos trabalhar o que foi aprovado na legislação e não está sendo considerado, que é uma operação urbana consorciada. O que significa isso? Que o ganho que essas empresas vão ter – a OAS está lançando um belo empreendimento que é o Liberdade, com mais de dois mil apartamentos, nós queremos esses investimentos na cidade de Porto Alegre – tem que vir para resolver os problemas sociais numa política que o Município tem que

coordenar. Aí, neste momento, o Município está devendo uma resposta para nós, aqui nesta Casa, que aprovamos o projeto e construímos aquilo como uma operação urbana consorciada. Portanto, aquela comunidade que está ali, a da vila Santo André, a da Vila Tio Zeca, e várias outras que moram hoje, literalmente, no meio do lixo, têm que ser atendidas pela política pública municipal. E não é somente este caso, há muitos outros casos da problemática da moradia em Porto Alegre. Eu cito aqui e cumprimento as lideranças da Moradas do Bosque, principalmente as 61 famílias que estão desde 2007 naquele projeto, que era do Governo do Estado, que repassou para o Município. Foram assentadas 300 famílias, mas ficaram faltando 61 famílias, e estas, até hoje, aguardam o projeto do DEMHAB. A Caixa Econômica Federal compareceu aqui, na semana passada, na nossa Comissão, a CEDECONDH – Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, pois o direito à moradia é um direito humano. Se não tem endereço na Cidade, nós não podemos dizer que essas pessoas usufruem a urbanidade, que usufruem a qualidade de vida. Portanto, a Prefeitura de Porto Alegre está devendo a esta Casa um acordo feito em 26 de junho de 2011, que iria encaminhar essas 61 famílias para o Programa Minha Casa, Minha Vida, e até o momento não encaminhou.

Sr. Prefeito Fortunati, estamos aqui registrando que acordos existem para serem cumpridos, e a Câmara aguarda o cumprimento desse acordo para o reassentamento das famílias da Moradas do Bosque.

Concluo esta fala, dizendo que toda essa polêmica nacional está tentando envolver a personalidade número um do Partido dos Trabalhadores, o grande Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Só quero trazer um alerta aqui, que tem um setor da sociedade brasileira, um setor da mídia, que nunca aceitou que pudesse haver a liderança de um trabalhador governando este País, e o Presidente Lula iniciou a transformação do Brasil, cuja continuidade é dada pela Presidente Dilma, que tem 83% de aceitação, juntamente com os aliados políticos. Nós estamos construindo um projeto de transformação do Brasil, e o Presidente Lula é um patrimônio nacional; ele é maior, inclusive, que o meu Partido, o Partido dos

Trabalhadores, e, portanto, nós exigimos, sim, o respeito da grande mídia, principalmente que fale a verdade nesses casos e que não crie, artificialmente, notícias ou calúnias para tentar incriminar uma pessoa da grandeza que é o Presidente Lula, que é um patrimônio da Nação brasileira e um patrimônio do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Portanto, meu querido Ver. Carlos Todeschini e Ver.^a Sofia Cavedon, da Bancada do PT, junto com a Ver.^a Maria Celeste, Ver. Adeli Sell e Ver. Mauro Pinheiro, viemos aqui sempre fazer esta afirmação: o Brasil está mudando, mudando para melhor, e esse é um projeto que iniciou com o PT. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, nós estamos tendo agora, por ocasião do lançamento da Semana do Meio Ambiente, aqui, uma Exposição de Orquídeas, lindíssima, aliás. Convidamos todos que nos assistem para que venham até a Câmara para ver a beleza da Exposição de Orquídeas, assim como a Exposição do Ambientalista José Lutzenberger, que também fica no mesmo ambiente, no corredor da Câmara. Ao mesmo tempo, conversávamos sobre a possibilidade de abrir um espaço para a construção do Orquidário Municipal aqui nas dependências da Câmara, uma vez que hoje ele se localiza no Parque da Redenção e está prejudicado em função do excesso de sombras, de as árvores terem crescido demais. Eu penso que a Mesa, com a sua concordância e a dos demais Vereadores da Mesa, Ver.^a Fernanda, Ferronato e Nedel, nós poderíamos discutir este assunto e, quem sabe, construir uma oportunidade na Semana do Meio Ambiente de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito bem. Acho uma bela ideia relembrar aos nossos servidores e aos nossos Vereadores de que nós abrimos, hoje, a Semana Municipal do Meio Ambiente. Tivemos uma palestra com a Sra. Sônia Greco Juz, que fez todo um planejamento em sustentabilidade para o Tribunal de Justiça, que tem servido para outros órgãos públicos. E nós estaremos lançando o nosso Câmara Verde, Ver. Todeschini,

trabalho de V. Exa., que tem contribuído para que a nossa Casa se torne mais sustentável, consuma menos energia, gaste menos papel e possa dar destinação ao nosso lixo. Enfim, acho uma bela ideia.

Também queria lembrar que nós estaremos inaugurando uma obra iniciada pela Mesa Diretora – está aqui a nossa ex-Presidente Ver.^a Sofia Cavedon –, o bicicletário, justamente na Semana do Meio Ambiente. Então, convido os servidores e os Vereadores para que acompanhem essa atividade.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores que nos assistem; mais uma vez vou me dedicar ao tema do funcionalismo municipal, não apenas pela presença das colegas e dos colegas de nível superior, aqui no plenário da Casa, numa luta justa, numa luta que acho que a Câmara deve prestar atenção, Presidente, e responder de forma breve.

No ano passado, nós recebemos esse movimento e fizemos um esforço, porque não tínhamos certeza do que ia acontecer em função do subsídio, de alterar a enorme diferença da GIT do Município em relação à GIT da Câmara, ou melhor, da GIT dos funcionários de nível superior da Câmara em relação ao Município de Porto Alegre, que estava em 50%. Nós construímos juntos e conseguimos elevar a 72%; faltam 27,92%. E não há o que justifique não conceder! (Palmas.)

A Câmara, no ano passado – e eu falo em nome da Bancada e do meu Líder, Ver. Engenheiro Comassetto –, Ver. Carlos Todeschini, já tinha uma situação confortável no tema do gasto com pessoal, que não era a realidade dos outros anos, e tenho certeza de que ela se mantém. Essa reivindicação tem uma justeza importante, uma valorização de quem dá conta do cotidiano desta Casa, de trabalhos complexos, tensos – posso citar as Taquígrafas e poderia citar várias funções – e que, se não forem feitos com a rapidez necessária, com a qualidade necessária, nós não poderemos responder à democracia e à representação que o povo aqui nos delega, Ver.^a Fernanda Melchionna.

Então, quero dizer que nós estamos perfilados, sim. Segunda-feira, as Lideranças estarão na Mesa Diretora dos trabalhos fazendo a discussão deste tema, e, Presidente Mauro, também vamos levar o problema da redução brutal de horas extras; funcionários aqui da Casa estão sentindo muito, no seu salário, o problema das horas extras e da adequação de alguns cargos. Este debate é um debate da Casa como um todo e nós, o conjunto dos Vereadores, temos a responsabilidade de dar resposta. Obviamente, a Mesa Diretora tem maior responsabilidade, mas todos nós nos sentimos responsáveis por que os funcionários sejam bem remunerados, respeitados nos seus pleitos, tenham um diálogo claro, objetivo e que tenham respostas mais rápidas e mais objetivas.

Não achamos digno que funcionários sejam tratados da maneira como assistimos – e aí quero pedir a solidariedade dos colegas da Câmara – no tratamento dado aos municipais na última mobilização, na terça-feira, especialmente aos professores, aos funcionários da área da Educação, que estão revoltadíssimos porque tiveram o seu ponto cortado, os professores, que sempre recuperaram as aulas.

A Secretária de Educação está fazendo uma pressão brutal sobre os Diretores de escola, que têm que entregar o nome de quem veio mobilizar-se na frente da Prefeitura e só fez mobilização, como vocês estão fazendo, porque o diálogo estava fechado, rompido pelo Governo, que negava a possibilidade de data base; o Governo, que ontem abriu reunião a partir da mediação da Câmara. E eu falava aqui – o Ver. Mauro sabe –, na tribuna, que, se a Câmara abrir o diálogo para os municipais do Executivo, deve, mais ainda, ter diálogo objetivo, efetivo, com os municipais da Câmara de Vereadores.

Nós escutávamos do Secretário Busatto, ontem, numa postura muito dura, muito intransigente. Insistimos muito que ele tem que olhar o conjunto da categoria, porque houve muitas alterações setoriais, mas há muitos funcionários de setores e de várias categorias da Prefeitura que ficaram sem nada e que estão necessitando de uma valorização também no vale-alimentação, mas, principalmente, com respeito ao direito democrático da manifestação, Ver. Todeschini, da luta pelos seus direitos, pelas suas

condições de trabalho, que estão na pauta dos municipais. É isso que viemos aqui reforçar como colega municipal que sou. E esta Câmara tem condições, sim, de dar um bom retorno aos funcionários de nível superior. Tenho certeza de que vamos construir isso até segunda-feira. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Quero dizer, Ver.^a Sofia e colegas Vereadores, que este assunto tem sido tratado com a maior dedicação desta Mesa Diretora, porque, democraticamente, já recebeu os funcionários em mais de uma Reunião de Mesa, e eu, no mínimo, já fiz duas visitas. O que nos impede de bater o martelo, neste momento, é o acordo, o dissídio, juntamente com o Sindicato, porque não poderia passar por cima da discussão do Sindicato. Porque a GIT é uma das pautas econômicas colocadas pelo Sindicato, mas isso tem que ter prazo. Então, há uma agenda estabelecida pelo Sindicato, por uma comissão de diretores que está discutindo com o Sindicato. Tão logo esse prazo se interrompa, já podemos dar os encaminhamentos, tanto do dissídio, como da questão da GIT; e outro ponto econômico são os valores dos vales-alimentação. Já houve um trabalho da Diretoria Administrativa fazendo uma referência, para que possamos fazer algo, dentro do nosso orçamento e dentro das possibilidades. O ano eleitoral é um ano que tem as suas limitações, mas o nosso encaminhamento está sendo dentro dessa agenda estabelecida. Então, tão logo possamos vencer essa agenda, daremos uma resposta a vocês.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, em nome da Bancada do PSD, quero cumprimentá-lo pela sensibilidade na demanda dos servidores desta Casa.

Quero aproveitar – antes de trazer um assunto sobre o Acampamento Farroupilha, hoje publicado no jornal Metro – para falar da belíssima exposição de orquídeas que temos na Casa. Também quero cumprimentar o “Ver. Bernardino”, porque no início do mês, presenciou algumas brincadeiras de

certos colegas a respeito das orquídeas e que hoje é uma realidade. Vejo que até o Ver. Todeschini se interessou, e é louvável que se faça aqui nesta Casa aquela exposição, aquele orquidário que tem lá na Redenção, e que está abandonado. Mas eu que nunca prestei muita atenção às orquídeas – Ver. Tessaro, o senhor está rindo –, é de rir mesmo; fiquei encantado pelo amor, pela dedicação que aquelas pessoas têm nesse círculo de orquidófilos do Rio Grande do Sul. É encantador, Ver.^a Fernanda, nós ouvimos pessoas, já de cabelos brancos, cultivando essas flores, e ali, no saguão da Câmara, dá para constatar, porque ali mostram orquídeas de todos os países aqui da América do Sul, além das nativas aqui do Rio Grande. Então, parabéns a esta Casa que também se preocupa com isso. E agora nós vamos ter o plantio de orquídeas aqui, independente dessa sua proposta, o que vai ser maravilhoso, porque realmente são lindas as flores. Eu fiquei encantado pelas flores e pela dedicação dessas pessoas que as cultivam. Eu não sabia que eles cruzam as plantas e acabam colhendo qualidades novas, a chamada hibridação.

Vejo que o Cesar, que trabalha no meu gabinete, está aqui também, ele gosta muito de rosas. Ele está, desde cedo, em volta das orquídeas!

Eu vou trazer um assunto aqui, que certamente a grande maioria já leu no jornal Metro, com a seguinte manchete: “Acampamento Farroupilha na Copa gera controvérsia”. E, lá pelas tantas, diz: “Ver. Bernardino surruiu a ideia do Executivo”. Era só isso o que me faltava! Mas que bom, se vocês fizerem o acampamento, eu já estarei satisfeito. Agora, essa é demais, para ganhar dessa, só a outra que vocês vinham fazendo, que era facilitar o desvio de recurso público. É fácil, está bem comprovado. Se acharem que eu estou errado, o Judiciário está aberto. Se tiverem dúvida, entrem no meu *site*, estão lá os apontamentos onde estou garantindo que houve desvio de recurso público no Acampamento Farroupilha de 2009. Curiosamente, eu não tive tempo de olhar 2007 e 2008, mas é como uma loteria, a receita fechou, deu o mesmo valor. Em 2011, Presidente, Ver. Mauro Zacher, não prestaram contas a esta Casa. E há uma Lei, de autoria do Ver. Oliboni, que diz que até trinta dias depois da realização do evento tem que prestar conta. Eu ainda não tomei conhecimento das contas de 2011. Muita gente me cobra: “por que, até hoje, tu

não propuseste uma CPI?” Eu acho que o Ministério Público e a Polícia são mais competentes que nós nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; pessoal da GIT que nos assiste, e a todos que nos assistem, uma boa tarde. Hoje de manhã tivemos a Reunião da CPI do Instituto Ronaldinho, e a Ver.^a Sofia Cavedon estava presente, o Ver. Nelcir Tessaro também, e eu fiquei ali sentado, Fernanda, pensando de que maneira repararemos esse erro de interromper o sonho daquelas crianças. Eu dizia que esse tipo de erro é um crime. O dinheiro se repara, mas o sonho interrompido de uma criança é muito difícil. Então, de várias maneiras, Ver. Toni Proença, sentado ali, fiquei pensando em como reparar isso. Eu acho que é fácil criticar, destruir é a coisa mais fácil, segundo os grandes treinadores de futebol. Difícil é construir o que o Neymar faz. Agora, destruir é fácil, destrói-se em 24 horas; para construir, levamos muitos e muitos anos da nossa vida. Eu quero fazer um pedido ao nosso Prefeito José Fortunati – eu estava lendo no jornal como o Prefeito amigo das crianças, solicitando a desapropriação da área pertencente ao Instituto Ronaldinho Gaúcho, para que se torne de utilidade pública e assim possamos retornar ao Projeto interrompido. As crianças têm um sonho, e esse sonho foi interrompido, e para mim, esse sonho não pode morrer. Retomar os trabalhos sociais ali naquela área maravilhosa seria como repararmos um pouco – nós, sociedade, adultos, governantes –, pelo menos, esse erro que tivemos há dois ou três anos. O que é importante, Fernanda, dentro da democracia é o cidadão; sem o cidadão não existe democracia. Essa criança tem um sonho quando pequena; foi o sonho que eu tive aos meus sete, oito anos. Imaginem, aos dez anos, interromper esse sonho? Eu não aceito; colegas Vereadores e Vereadoras, não aceito!

A gente não sabe se essa verba virá ou não, não se sabe o destino dela. Mas o sonho das crianças, eu sei o destino dessas crianças sem sonhos. Então, gente, não podemos fazer isso. Nós temos que corrigir esse erro. Um pouquinho desse erro que tivemos, um pouquinho desses sonhos que estão ali vivos ainda, estão ali, na Ponta Grossa, em Belém Novo, no Chapéu do Sol, em um pedaço da Restinga – estão vivos ainda aqueles sonhos daquelas crianças.

Prefeito, amigos Vereadores e Vereadoras, Presidente da Casa, vamos lutar; sociedade, vamos lutar para que possamos, lá na frente, mais tarde, para os nossos filhos, para os nossos netos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, obrigado por sua tolerância; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queria oportunizar aqui no Plenário a discussão que nós tivemos, nesta semana, na Comissão de Direitos Humanos, em que nós iniciamos os trabalhos, desde o início deste ano, como continuidade do trabalho que todos os Vereadores realizaram, inclusive a Presidente da Câmara, Ver.^a Sofia, em uma das comunidades da periferia da nossa Cidade, na Vila Santo André. Eu trago algumas fotos, para que possamos disponibilizar também à população de Porto Alegre, aquilo que nós vimos no dia a dia e no cotidiano da Vila Santo André.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. MARIA CELESTE: A Vila Santo André, que se localiza na Região Farrapos/Humaitá, tem uma impressionante quantidade de lixo acumulado e de problemas além da questão do lixo, pautados no dia a dia, no cotidiano daquelas famílias que ali sobrevivem em meio a uma profunda miséria e a um

profundo abandono da gestão pública, no que tange ao serviço de energia elétrica, à água, ao esgoto, à falta de política pública, à falta de programas essenciais para creches, Sase, atendimento para as crianças e para os adolescentes. E para piorar toda essa questão nós tivemos, há cerca de dez dias, um incêndio em que três casas foram totalmente queimadas, e, até terça-feira, o DMLU não havia feito a limpeza da área para que o DEMHAB pudesse, ali naquele local, colocar as casas provisórias para aquelas três famílias que estão vivendo da solidariedade dos seus vizinhos, que são também precários nas suas condições econômicas, mas, acima de tudo, estão fazendo de tudo que podem para ajudar aquelas famílias. São 149 famílias que estão cadastradas no PIEC, esperando o reassentamento, e aproximadamente mais de 300 famílias que vivem nessas condições sem a menor perspectiva de um reassentamento ou de uma política pública habitacional para essas famílias.

Nós tivemos a grata satisfação, com a presença dos Vereadores Toni, Tessaro, João Bosco, Kevin Krieger – que está realizando um belo trabalho conosco na Comissão –, de ter ali todos os agentes e todas as Secretarias do Município: o DMLU, a própria Secretaria dos Direitos dos Animais, o DEMHAB, a FASC, o CAR da Região, a CEEE, e, com um grande esforço, nós conseguimos algo que vai minimizar o sofrimento dessas quase 500 famílias com a colocação da rede provisória de luz para aquelas famílias. Esse instrumento que foi conquistado também com a mobilização, com a ajuda dos Vereadores desta Casa, há alguns anos, instrumento jurídico e legal da possibilidade de colocação de uma rede provisória de luz, numa vila irregular na cidade de Porto Alegre, serviu de modelo na aplicação no Chocolatão, para a Agência Reguladora Nacional, e serviu de modelo para o Brasil como um todo.

Então, eu trago aqui, para mostrar a todos os nossos telespectadores, as mazelas do abandono total, inclusive na questão da água. Essas famílias estão sendo abastecidas por duas caixas d'água, por caminhões-pipa. Isso não é nos rincões do interior do Rio Grande do Sul, isso é Porto Alegre, isso é periferia de Porto Alegre, onde nós presenciamos, lamentavelmente, a ausência total do Poder Público.

Portanto, através dessa reunião nós pudemos dormir um pouco mais aliviados naquela noite, porque certamente os encaminhamentos serão frutíferos.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Maria Celeste, cumprimento V. Exa. pela mobilização e pelos resultados construídos na CEDECONDH. Essas duas caixas-d'água têm, no mínimo, dez anos, porque elas foram instaladas ainda quando nós estávamos na Direção-Geral do DMAE. A vila deve ter triplicado em tamanho e as condições ainda são as mesmas, que já eram muito precárias.

O Sr. Toni Proença: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu ofereço o meu tempo a V. Exa. e agradeço o aparte...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Toni Proença, eu vou segurar o tempo para que V. Exa. faça o aparte, mas V. Exa. não pode oferecer tempo, porque não dispõe de tempo.

O Sr. Toni Proença: Não existe. Não posso oferecer o que eu não tenho! Eu quero cumprimentar V. Exa., que nos conduz muito bem na presidência da CEDECONDH, e dizer, em favor desse processo todo, desse esforço todo que estamos empreendendo pela Vila Santo André, sob a sua liderança, que no jornal Zero Hora de ontem há uma imensa reportagem sobre um novo bairro que está nascendo naquela região, a metros da Vila Santo André. E a matéria referia justamente que era uma região com muita violência e muitas ocupações irregulares. Como se fosse só a partir de agora que se tivesse dado, então, a atenção do Executivo Municipal e de todos os órgãos da Prefeitura para aquela região a partir da Arena do Grêmio – o que não é verdade. Existe o Programa Integrado Entrada da Cidade, que foi concebido já há mais de 15 anos e que vem, aos poucos, mudando o perfil daquela região, possibilitando, inclusive, a decisão de instalar a Arena do Grêmio naquela área. Acho que seria oportuno construirmos a alternativa de aproveitar essa nova energia da região para dar dignidade àquelas pessoas. Parabéns pelo trabalho.

A SRA. MARIA CELESTE: Perfeito, Ver. Toni Proença – grande parceiro na Comissão. Quero dizer também que a Comissão está trabalhando com esse intuito: não há um novo bairro surgindo na Cidade; já existe ali no Humaitá, com vilas constituídas e processos de reassentamentos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Com a sua tolerância, acho que nós precisamos, Sr. Presidente – queria propor isso –, para além da Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública da própria Presidência da Casa, da Mesa Diretora, para que possamos discutir com todas as comunidades do Humaitá o que significa a Arena do Grêmio naquela região e quais são as políticas necessárias para serem implementadas ali. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu só queria avisar aos colegas Vereadores e também aos nossos servidores que estão acompanhando nas galerias que nós não teremos reunião de Mesa na segunda-feira, tendo em vista que a reunião com o Sindicato será às 14h, e a Mesa tem que se reunir posteriormente a essa reunião. Então, a nossa reunião de Mesa ficará para quarta-feira, às 11h, excepcionalmente, devido a essa reunião com o Sindicato. O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra em Comunicações.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; demais Vereadores presentes, todos os que nos acompanham e que nos assistem, o nosso boa-tarde. Venho aqui para fazer uma manifestação em relação às preocupações que tenho, Ver.^a Fernanda, com a política habitacional do Município. Porto Alegre tem inúmeras necessidades habitacionais; são, talvez, 45, 46, 48 mil unidades habitacionais a serem feitas. Ao mesmo tempo, tivemos Programas importantes como o PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade, o primeiro deles, que infelizmente está parado, nós temos o Pisa – Programa Integrado Socioambiental, ainda temos os reassentamentos do Aeroporto, inúmeros outros programas, como o programa Minha Casa, Minha

Vida, que, enfim, são significativos. O problema que identifico é que, por exemplo, há um equívoco muito grande quando se quer transformar e artificializar uma política.

Na solução para as pessoas serem reassentadas no Pisa, foi apresentada como única política o bônus-moradia, assim como está sendo apresentada na Tronco-Cruzeiro como única política o bônus-moradia também. Eu fui, talvez, o único voto contrário aqui na política de instituição do bônus-moradia e na constituição dessa como a única política pública. Pois, o que nós precisamos de fato é construir casas, produzir unidades habitacionais, porque o dinheiro público tem que ser usado para garantir casa para as pessoas, para garantir unidades habitacionais populares e fazer com que a construção dessa unidade também gere emprego, desenvolvimento, oportunidades, consumo de insumos e materiais.

E, quando eu dou o bônus-moradia no valor de R\$ 52 mil, as pessoas vão ter que adquirir uma casa escriturada que vai ser onde, por R\$ 52 mil? Talvez na Cohab Cavahada, talvez na Cohab Rubem Berta, algum que outro lugar na Cidade, ou talvez em algum lugarzinho na Restinga. Senão, vão ter que ir a Alvorada, Viamão ou onde tiver no Rio Grande. E aí o que é que acontece com essa pessoa que vai vender a sua casa ou o seu apartamento por R\$ 52 mil? Certamente vai ocupar uma área verde, certamente vai comprar uma casa numa vila irregular. Vai sobrar algum dinheirinho, vai comprar um automóvel, talvez, e vai viver mais um ano com o restante do dinheiro. E assim serão queimados R\$ 52 mil, que não vão gerar nem uma casa, mas que vão consumir com os R\$ 52 mil. Portanto, aí reside o equívoco do bônus-moradia. Não descarto que isso seja usado como uma política agregada, como uma política alternativa, mas a política principal tem que ser a construção de casas, a política principal tem que ser a produção de unidades habitacionais.

Portanto, quero demarcar aqui, porque, quando fiz essa demarcação com relação ao Cristal, fui atacado, fui criticado, fui vaiado. Hoje, as pessoas que estão lá, vítimas, que são 1.050 famílias, vêm, reconhecem e me agradecem: "Tu estavas certo". Por quê? Porque agora estão lá, na enchente, sem alternativa e sem casa, Ver. Freitas. Passaram-se oito anos, e nenhuma casa

foi feita. Portanto, essa política do bônus-moradia, como política única e principal, é equivocada. Ela, no máximo, pode ser uma política associada, uma política auxiliar, porque o objetivo do Minha Casa, Minha Vida, o objetivo do Pisa, do PIEC, do Aeroporto é produzir novas unidades habitacionais. Porque não adianta eu alojar alguém desalojando outro.

E isso nós temos verificado em profusão no Município de Porto Alegre, e, como é a única política, como o Governo não construiu casas, não cuidou dos terrenos que havíamos indicado lá no Pisa, por exemplo, ou se permitiu ser repassado para a iniciativa privada, para especulação, em especial, fez com que aquela comunidade – hoje são 1.050 famílias, só na Cavahada – ficasse sem perspectiva de habitação, pelo menos em curto prazo, e assim continuam sofrendo com as enchentes, com as mazelas, com habitação de área de risco. Então, faço este registro, porque venho defendendo isso, não é de hoje, pelo menos há cinco anos já expus essa posição e parece-me que, infelizmente, eu já tinha razão na época. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras, senhores, e nossos servidores que estão na luta pelos 100% da GIT. Eu venho a esta tribuna para tratar do mesmo assunto pelo qual aparteei a Ver.^a Maria Celeste, nossa Presidente da Comissão, quando estava aqui fazendo a sua manifestação na tribuna, que é a respeito da Vila Santo André, no Bairro Humaitá. É inadmissível que a gente não faça um esforço grande, não encaminhe todas as nossas energias e as nossas iniciativas para resolver, de vez, a vida daquelas pessoas, dando-lhes condições dignas de sobrevivência. Não se trata mais de uma questão habitacional. O Ver. Paulinho Rubem Berta citou aqui que a Comissão de Direitos Humanos estava tratando de um assunto que era da CUTHAB; e não é assim, nós estávamos tratando – eu, a Ver.^a Maria Celeste, o Ver. Kevin

Krieger, o Ver. Nelcir Tessaro, o Ver. João Bosco e o Ver. Comassetto – de uma questão de direitos violados. Aquelas 200 famílias da Vila Santo André, em torno, pode-se dizer, de 800 pessoas, não têm os seus direitos mínimos de sobrevivência respeitados. É por isso que esse assunto foi parar lá na Comissão de Direitos Humanos. Lá, no ano passado, a Ver.^a Sofia Cavedon chegou a propor que a Frente Parlamentar de Combate à Miséria tratasse do assunto, porque é um assunto muito sério, é um assunto muito forte. É preciso haver a decisão política de resolver aquilo. E essa decisão? Na Reunião da Comissão de Direitos Humanos dessa terça-feira, estavam lá todos os órgãos da Prefeitura que podem ajudar na solução disso, e, quando a Ver.^a Maria Celeste provoca o Presidente da Casa, o Ver. Mauro Zacher, para que isso seja tratado como um assunto da Câmara de Vereadores, portanto um assunto da Cidade, está correta a Ver.^a Maria Celeste. Esse é o encaminhamento que deve ser dado. Não podemos ficar só com o esforço da Comissão de Direitos Humanos, e, como quer o Ver. Paulinho Rubem Berta, com o esforço da CUTHAB. É preciso fazer o esforço da Cidade toda, dos Poderes Públicos, da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e da sociedade de Porto Alegre, envolvendo todos para buscar a solução. Não é difícil encontrar a solução do ponto de vista financeiro. Nós estamos fazendo uma intervenção, tanto o Grêmio quanto à Prefeitura e o Governo Federal, que passa de R\$ 700 milhões. Portanto, não está longe a solução para encontrar recursos para resolver aquilo do ponto de vista financeiro. Existe a decisão política de resolver, existe a FASC, que pode fazer o trabalho social, existe o DEMHAB, que pode fazer o trabalho habitacional. O Ver. Nelcir Tessaro lembra que o DEMHAB mostrou haver dificuldades para construir as habitações pela proximidade com o Aeroporto. Isso não é verdade! Hoje está aí o V Comar dando autorização até para a construção de prédio que fica 63 cm acima do padrão normal, ali em Higienópolis. Portanto, é uma questão de decisão política, de vontade política, de decisão de fazer e de resolver definitivamente a dignidade e a vida daquelas pessoas. São 800 pessoas, em torno de 200 famílias, mas que maculam e deixam uma mancha na vida social de Porto Alegre. É preciso enfrentar isso com muita força e muita energia.

Portanto, Ver. Mauro Zacher, me somo à Ver.^a Maria Celeste para que façamos uma audiência pública, façamos uma visita do Câmara na Comunidade, nos envolvamos diretamente nesse problema para tentar construir a solução o mais rápido possível. Não é possível que se inaugure a Arena do Grêmio sem resolver o problema das famílias da Santo André. Por isso, Ver. Tarciso, vamos todos somar o esforço e a energia necessárias da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e da sociedade de Porto Alegre para enfrentar esse problema e resolvê-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Visivelmente não há quórum. Estão presentes os Vereadores Tessaro, Tarciso e este Presidente. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h23min.)